



## **Bairros como elementos de estruturação urbana em Goiânia: análise historiográfica e fontes documentais**

***Districts as elements of urban structuring in Goiânia:  
historiographical analysis and documentary sources***

***Los barrios como elementos de la estructuración urbana en Goiânia:  
análisis historiográfico y fuentes documentales***

**RESENDE, Sandra Catharinne Pantaleão**

Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Curso de Arquitetura e Urbanismo. Goiânia, Brasil.  
catharinne.arq@gmail.com  
ORCID: 0000-0002-5145-9255

Recebido em 28/03/2022 Aceito em 30/09/2022



## Resumo

O presente artigo apresenta uma leitura histórico-morfológica de Goiânia a partir de fontes documentais, com destaque ao decreto-lei nº 574 de 1947 e da constatação da estruturação urbana da cidade por um mosaico urbanístico – seu atual Centro Expandido. Depreende-se, dessa análise, a estrutura urbana, as dinâmicas e as principais transformações que aludem não apenas à ocupação do território, mas à atuação político-institucional e econômico-fundiária, deslocando o "desejo" do ideário moderno em seu DNA para um projeto empreendedor imobiliário, a partir do parcelamento de glebas rurais, incorporadas às áreas urbanas e suburbanas, notadamente a partir dos anos 1950. O estudo desses bairros, numa perspectiva histórica, possibilita compreender os dois eixos sobre os quais eles foram implantados somados àqueles aprovados até 1951. Busca-se, a partir desses bairros, constatar a formação de um eixo leste-oeste de alcance urbano regional e outro, no sentido norte-sul, articulado à ocupação intraurbana em que as relações socioespaciais constituem *uma outra cidade*.

**Palavras-Chave:** Goiânia, cidades novas, mosaico urbanístico, história urbana, análise histórico-morfológica, ideário moderno.

## Abstract

*This article presents a historical-morphological analysis of Goiânia from documentary sources, with emphasis on Decree-Law No. 574 of 1947 and the verification of the urban structure of the city by an urban mosaic – its current Expanded Center. This analysis shows the urban structure, dynamics, and main transformations to explain the occupation of the territory over time, considering the political-institutional and economic-property action, shifting the "desire" of the modern ideas in its DNA for a real estate entrepreneurial project, from the deployment of rural glebes, incorporated into urban and suburban areas, notably from the 1950s. The study of the districts and suburbs, from a historical perspective, makes it possible to understand the two axes on which sums and others added to those approved until 1951, are established. It seeks, from them, to verify the formation of a regional urban range in the east-west axis and another, in the north-south direction, articulated to the intraurban occupation in which socio-spatial relations constitute another city.*

**Key-Words:** *Goiânia, new cities, urban mosaic, urban history, historical-morphological analysis, modern ideas.*

## Resumen

Este artículo presenta un análisis histórico-morfológico de Goiânia a partir de fuentes documentales, con énfasis en el Decreto-Ley No. 574 de 1947 y la verificación de la estructura urbana de la ciudad por un mosaico urbano – su actual Centro Ampliado. Este análisis muestra la estructura urbana, las dinámicas y las principales transformaciones para explicar la ocupación del territorio a lo largo del tiempo, considerando la acción político-institucional y económico-inmobiliaria, desplazando el "deseo" de las ideas modernas en su ADN por un proyecto empresarial inmobiliario, a partir del despliegue de glebas rurales, incorporados a áreas urbanas y suburbanas, especialmente a partir de la década de 1950. . El estudio de estos barrios, desde una perspectiva histórica, permite comprender los dos ejes sobre los que se implementaron además de los barrios aprobados hasta 1951. A partir de estos, se busca verificar la formación de un eje este-oeste de alcance urbano regional y otro, en dirección norte-sur, articulado a la ocupación intraurbana en el que las relaciones socio-espaciales constituyen otra ciudad.

**Palabras clave:** Goiânia, nuevas ciudades, mosaico urbano, historia urbana, análisis histórico-morfológico, ideas modernas.



## 1. Introdução

A produção do espaço urbano expressa o processo de estruturação da sociedade no território. Para Limonad (1999), refere-se às relações socioespaciais que permeiam a produção e desenvolvimento do meio técnico-científico, considerando os fluxos e fixos imputados no território (SANTOS, 2008), revelando a dinâmica de urbanização e produção do espaço urbano. Em outras palavras, nem sempre as representações e práticas sociais são apreendidas pelos planos e projetos, pois a formação das cidades, ainda que planejadas, apresentam mutações em seu DNA. Sua forma urbana se configura para além das proposições didáticas e de controle dos corpos por meio da disciplina urbanismo, cujo discurso emerge da necessidade de ordenar, sanear e higienizar a vida em sociedade.

Essa postura disciplinar prevaleceu e subsidiou a atuação profissional no Brasil, refletindo a produção das cidades e definição do campo de atuação profissional e de experimentação prática, como, por exemplo, a remodelação dos centros urbanos mais consolidados ou na concepção de cidades novas. De modo geral, o urbanismo no Brasil se respalda pela atuação profissional, pela institucionalização do ordenamento territorial por meio das políticas adotadas e desenvolvimento econômico, perfazendo a circulação do ideário moderno no início do século passado.

No entanto, desde a crise disciplinar das ciências humanas e sociais, nos anos 1960, conforme relata Ellin (1999), as dinâmicas de transformação do espaço urbano, a abordagem historiográfica, a dimensão perceptiva e o questionamento aos discursos hegemônicos permitiram ampliar os estudos urbanos e desdobramentos da história urbana por meio da investigação das fontes documentais primárias e interpretações que cotejam as dinâmicas socioespaciais ao longo do tempo.

Nesse sentido, as cidades apresentam múltiplas abordagens e interpretações. Para Santos (2008), a cidade é um meio de produção material e imaterial, local de consumo em que se manifestam articulações em escala local e global. Considerando as especificidades da cidade como objeto historiográfico, pode-se observar suas dinâmicas, permanências e transformações, tendo em vista não apenas sua paisagem, mas a atuação político-institucional ao longo do tempo, isto é, as práticas e representações sociais imputadas ao território, por vezes, definindo a história dos “heróis” ou, no caso de Goiânia, seus idealizadores em que diversos apagamentos ocorrem.

Essas questões, próprias da história urbana, levam a discutir a legitimação dos discursos oficiais na proposição de cidades novas. Em específico, possibilita investigar o processo de ocupação, crescimento/expansão, desenvolvimento e adensamento de Goiânia, capital de Goiás desde 1933 em complementação à história oficial, alicerçada no discurso de construção da cidade como feito heroico.

A pesquisa discute a estruturação urbana de Goiânia, vinculando-a a um processo histórico de urbanização e desenvolvimento nacional e como sua paisagem expressa representações sociais incrustadas no território, constituindo diferentes paisagens, com destaque aos agentes públicos e privados, respectivamente, aspectos político-institucionais e econômico-fundiários (MARX, 1999). Tem-se por objetivo, abordar seu processo de estruturação urbana, considerando momentos de transformação e de sedimentação histórica pelo estudo dos bairros do centro expandido, entendidos como mosaico urbanístico. A compreensão dessa dinâmica ocorre pela análise das fontes documentais, com destaque aos aspectos legislativos que incentivaram a formação de novas centralidades.

Considera-se, como objeto de estudo, os seguintes bairros: Vila Redenção, Setor Pedro Ludovico, Setor Leste Universitário e Jardim Goiás, que definem um eixo de estruturação urbana norte-sul para além das áreas legitimadas entre o núcleo pioneiro e o atual bairro de Campinas (eixo leste-oeste). A ocupação da cidade foi estimulada nessa direção, tendo em vista que o Setor Oeste, aprovado em 1947, foi ocupado mais efetivamente do que o próprio Setor Sul, este, por sua vez, ocupado a partir dos anos 1960, quando há também um fluxo migratório mais intenso.

Com a análise desses dois eixos de estruturação urbana, pretende-se indicar o papel dos bairros como fragmentos urbanos e como possibilitam atestar cinco momentos de maiores transformações



da cidade. Para tanto, investiga-se como ocorreu o crescimento da cidade e quais foram as motivações de expansão de seu espaço intraurbano. A pesquisa permeia a análise do crescimento em extensão, representado pela planta de urbanização de 1947 e, posteriormente, a ampliação da área urbana face à atuação dos agentes públicos, resultando no Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG) de 1969. Busca-se identificar os diferentes estágios de ocupação, adensamento e desenvolvimento dos bairros da cidade, além de considerar o espraiamento, a valorização do solo urbano, o adensamento e a difusa urbanização como aspectos inerentes à atual dinâmica urbana de Goiânia.

Foram analisados os seguintes aspectos metodológicos: levantamento de dados cartográficos de Goiânia, como aerofotogrametrias, discussão teórica para elaboração do referencial teórico, assim como o levantamento dos atuais dados cartográficos da cidade, disponíveis em base de dados aberta. Tais informações possibilitaram a constatação das relações entre os agentes produtores do espaço urbano e as contingências sócio-históricas da cidade e a caracterização da periodização proposta, cuja sistematização aponta os seguintes resultados: a gênese de formação da cidade como cidade nova, tendo em vista seus genes e as ocupações não planejadas – entre 1933 e 1947, representados pela formação dos setores Leste Universitário e Pedro Ludovico; a ampliação do espaço, por meio dos bairros aprovados entre 1950-1964, notadamente pela interferência político-institucional na tessitura urbana; fragmentos e novos lugares – a reconfiguração do espaço mediante o financiamento federal – 1969-1975 e a constatação da dialética entre centro e periferia, em que se destacam os bairros projetados para a população de menor renda, conformando "arquipélagos" urbanos entremeados entre a zona suburbana e rural; a expansão urbana, mediante as legislações e alterações do perímetro urbano além da aprovação e políticas de novos loteamentos em áreas periféricas (1975-1994) e, por fim, o adensamento e constituição da região metropolitana, considerando os últimos 30 anos, em que se destaca o papel do Jardim Goiás em uma panorama de especulação imobiliária alicerçado pela atuação político-institucional e econômico-fundiária. Esses bairros, conformam o eixo norte-sul e permeiam a periodização proposta, sendo descritos neste artigo.

A caracterização desses bairros aponta a dinâmica de crescimento, desenvolvimento e adensamento da cidade, além dos estágios morfológicos, a partir das considerações de Panerai (2006) quanto à análise urbana. Como resultado da pesquisa, tem-se o mapeamento dos bairros aprovados pelo decreto nº574 em 1947 e o parcelamento das áreas pertencentes ao Estado a sudoeste do núcleo pioneiro – atuais Setores Pedro Ludovico e Setor Marista e a incorporação das terras pertencentes aos irmãos Coimbra Bueno, adjacentes às primeiras, que hoje são os Setores Coimbra e Bueno. A leste do núcleo pioneiro, tem-se os bairros: Setor Leste Vila Nova, Setor Leste Universitário e Jardim Goiás, sendo respectivamente áreas pertencentes ao estado e as remanescentes da antiga Fazenda Botafogo.

## **2. Para além de uma cidade nova: desenvolvimento econômico e ocupação territorial**

Goiânia é uma cidade nova que repercute em sua tessitura urbana o ideário moderno, além de expressar, na ocupação do território, as políticas nacionais de colonização do interior do país. Em sua história urbana, são destacados o DNA de cidade nova<sup>1</sup> (TREVISAN, 2020): reconhecida pelo sonho do seu criador e pelo projeto do núcleo pioneiro da cidade, assinado por um arquiteto e urbanista recém-chegado do estrangeiro. Nesse sentido, os documentos oficiais e diversas publicações sobre

---

<sup>1</sup> Segundo Trevisan (2020), a tipologia arquitetônica de cidades novas contém seis atributos ou genes que a categorizam como tal e conformam seu DNA, a saber: 1) o desejo – criada pela vontade do poder público ou da iniciativa privada, graças a ações específicas; 2) a razão de ser – para atender, ao menos em intenção e de início, a uma ou mais funções essenciais; 3) o lugar – definição de um sítio previamente escolhido; 4) sua criação é respaldada por um projeto urbanístico; 5) os atores que são agentes definidos, eventualmente profissionais especializados que atuam em sua concretização; e, por fim, 6) o tempo, em que é possível delimitar um momento de fundação razoavelmente preciso.



Goiânia discorrem sobre o feito heroico de uma cidade planejada no meio do sertão. Pouco se discute sobre a caracterização de sua forma urbana enquanto processo dinâmico e entremeado por outros sujeitos.

O *desejo* de Pedro Ludovico Teixeira, interventor do Estado de Goiás, representa um dos genes de cidade nova (TREVISAN, 2020), cujo objetivo era desvencilhar a capital do Estado de uma cidade incrustada e promover um desenvolvimento econômico associado à negação do passado numa perspectiva teleológica. Ademais coaduna com o projeto de integração nacional, à medida que o desenvolvimento econômico do país estava alicerçado pela estruturação de eixos rodoviários que possibilitassem a articulação norte-sul e a ocupação do interior do país.

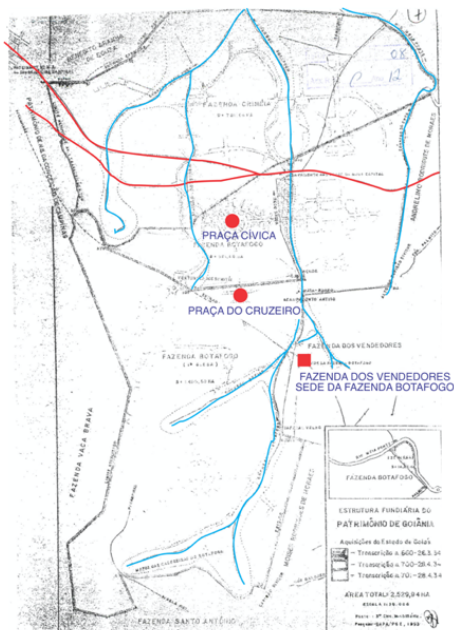
Goiânia é “criada” como cidade capaz de atender aos requisitos administrativos e promover a modernização do Estado: este seria seu segundo gene – a *função* que justificaria sua criação. Não obstante, para que este desejo pudesse ser concretizado, dever-se-ia atender aos demais genes de uma cidade nova: o lugar, os profissionais e o projeto, respectivamente: o sítio escolhido por uma comissão liderada por um renomado engenheiro e funcionário público Armando Augusto de Godoy, em 1932; Atílio Corrêa Lima, responsável pelo plano piloto da cidade e pela definição dos edifícios públicos que constituiriam a Praça Cívica e os projetos por ele apresentado entre 1933-35.

Esses genes indicam as intenções de modernização do Estado, atribuindo à nova capital o papel administrativo e atrator para o povoamento do sertão. No entanto, percebe-se que, em muito pouco tempo, um abismo entre a proposta e a constituição da cidade nas décadas de 1940-50, revelando questões uma cidade real, seus sujeitos e representações sociais com ocupações de áreas não previstas originalmente. Em outras palavras, trata-se de compreender a dinâmica urbana nem sempre apreendida pelos planos e projetos, mas lançar análises ao revisitar as fontes documentais, discutir a estruturação urbana e as relações político-institucionais e econômico-fundiárias, a partir dos bairros aprovados para além do plano piloto apresentado por Corrêa Lima.

A fisionomia urbana de Goiânia se caracteriza por um processo histórico dinâmico, em consonância com a proposta de infraestrutura por meio de eixos rodoviários de desenvolvimento regional e implantação de cidades novas, visando a integração nacional. Ao mesmo tempo que Goiânia possui os seis genes de cidade nova, conforme Trevisan (2020), é uma cidade resultante de um projeto urbanístico desenvolvido e reformulado por diversos profissionais, sendo uma das principais cidades que exprimem as ideias modernistas que subsidiaram a remodelação urbana ou criação de cidade novas, caracterizando a urbanização brasileira, como aborda Santos (2008). De modo geral, a rede de cidades novas brasileiras, implantadas nas décadas de 1930-60, indica jogos de poder entre as ações político-institucionais e econômico-fundiárias, entrelaçadas ao projeto de integração nacional, conhecido por Marcha para o Oeste.

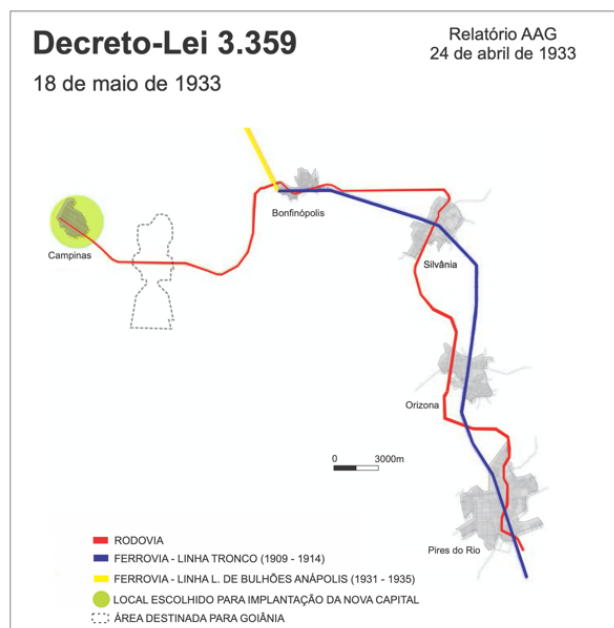
Goiânia teve sua pedra fundamental lançada em 24 de outubro de 1933 por Pedro Ludovico Teixeira no local atual do Palácio das Esmeraldas, sede do governo do Estado. As determinações foram elaboradas a partir do decreto nº 3.929 de 21 de outubro do mesmo ano. A criação do município é datada de 1935 e a transferência definitiva ocorreu em 26 de julho de 1937. Isso reforça os *genes* desejo, razão de ser e tempo, uma vez que a cidade foi instituída por decretos antes de ser “riscada” e ocupada. Além desses decretos, outros antecederam esse processo de mudança, a saber: o decreto 2.737 de 20 de dezembro de 1932, que definiu a comissão responsável pela escolha do sítio – os atores iniciais; o decreto 3.359, de 18 de maio de 1933, descrevendo o sítio de implantação e a articulação com as cidades existentes. Além disso, definia o limite da cidade, compreendido pelas áreas das fazendas Crimeia, Vaca Brava e Botafogo adquiridas pelo Estado (figuras 1 e 2).

Figura 1: Estrutura Fundiária do Patrimônio de Goiânia, delimitação da área a ser urbanizada.



Fonte: Cartório de Imóveis de Goiânia, 1993 com intervenção da autora, 2021.

Figura 2: Decreto-Lei 3.359: delimitação do sítio de implantação de Goiânia e inserção interurbana



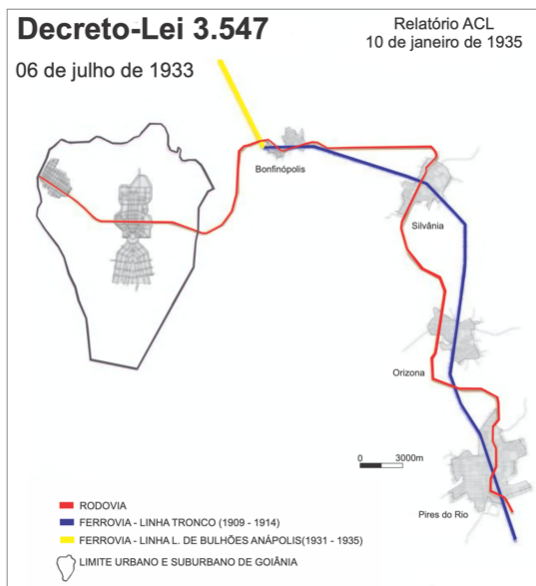
Fonte: Manso, 2018, com intervenção da autora, 2019.

A área destinada à construção da cidade delimitava-se a leste pelo Córrego Botafogo, sendo a maior do patrimônio definido sobre a área da Fazenda Botafogo. No entanto, pelo documento de aquisição de terras, observa-se que a sede da propriedade não foi vendida e permaneceu a oeste do curso d'água, sendo um ponto estratégico uma vez que havia também a presença de uma estrada que a ligaria à cidade de Campinas. Ademais, destaca-se a localização da Praça do Cruzeiro, área indicada para o centro administrativo devido à sua topografia mais elevada. No entanto, optou-se pela implantação da cidade mais a norte, face à estrada existente, hoje Avenida Anhanguera, além de uma ocupação concentrada no sentido leste-oeste, entre as bacias do córrego Botafogo e Capim Puba.

O projeto urbanístico foi realizado por Atílio Correia Lima, via decreto nº 3547, de 6 de julho de 1933. Essa proposta inicial englobou o Setor Central, Norte, Sul e Oeste, além de incorporar a cidade de Campinas à área suburbana de Goiânia e previsão de 50.000 habitantes (figuras 3 e 4).

Segundo Bernardes (2000), a proposta de Atílio Corrêa Lima estava fundamentada pelo ideário moderno e a visão teleológica de urbanização, buscando rebater na proposta urbanística os preceitos higienistas e de salubridade em oposição às ocupações das cidades coloniais. Essa postura se expressa pela ocupação entre as bacias dos Córregos Capim Puba e Botafogo, onde foram esboçados os Setores Central, Norte, Sul e Oeste e os cursos d'água delimitavam a área parcelada, contribuindo para a estruturação urbana da cidade e um crescimento norte-sul. No entanto, pela presença de outros elementos estruturadores, como, por exemplo, a estrada de rodagem e a previsão da estrada de ferro, houve uma ocupação mais efetiva no sentido leste-oeste, ainda que correspondam a áreas ocupadas não previstas inicialmente. Pode-se afirmar que o vetor norte-sul estabelecerá a escala intraurbana da cidade e, o leste-oeste, a escala regional.

Figura 3: Estrutura Fundiária do Patrimônio de Goiânia, delimitação da área a ser urbanizada.



Fonte: Manso, 2018, com intervenção da autora, 2021.

Houve um minucioso trabalho de levantamento hidrográfico para a definição do sítio de implantação da cidade, sob coordenação de Armando Augusto de Godoy, resultando na demarcação das áreas doadas para a constituição da cidade nova ainda que as mutações de seu DNA acompanhem esse processo, tendo em vista a modificação dos limites iniciais (figuras 5 e 6). Manso (2018) relata que o estudo de localização da nova capital atentou-se à posição estratégica ao articulá-la regionalmente, além de prever sua expansão por meio de “cidades-satélites” como controle de ocupação do núcleo inicial e formação de novas aglomerações. Em seus estudos, a autora indica as influências anglo-saxãs em Armando de Godoy, repercutindo na Planta de Urbanização de 1938, definida pelo Decreto nº 90-A (figura 7). A revisão atribuída a esse profissional, mas assinada pela firma dos irmãos Coimbra Bueno, detalhou o Setor Sul, Setor Norte e o Setor Central (figuras 8 e 9), modificando a proposta de Atílio, além de incorporar e apresentar o parcelamento do Setor Coimbra.

Figura 5: Mapa da Estrutura Fundiária de Goiânia e demarcação dos bairros do Centro Expandido.

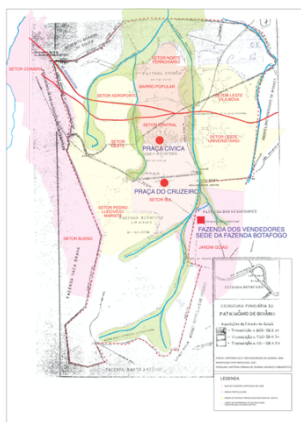


Figura 4: Plano Piloto para a Nova Capital do Estado de Goiás – Goiânia, conforme decreto-lei 3.547 (1935).

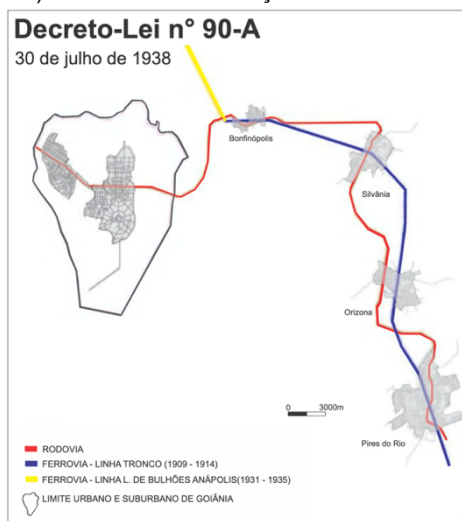


Fonte: Acervo da Prefeitura de Goiânia, 2021.

Figura 6: Demarcação do sítio de implantação da cidade localizado entre os Córregos Capim Puba e Botafogo.

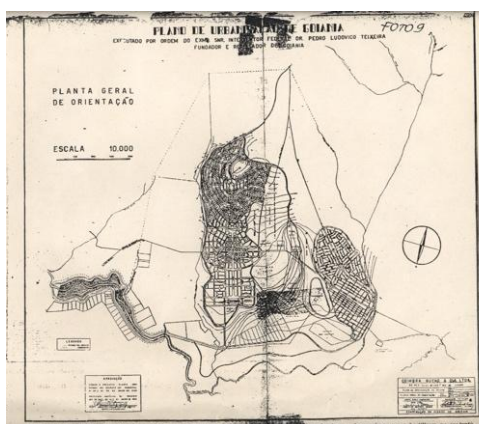


Figura 7: Decreto-lei nº 90-A (1938): Planta de Urbanização de Goiânia atribuída a Armando A. Godoy



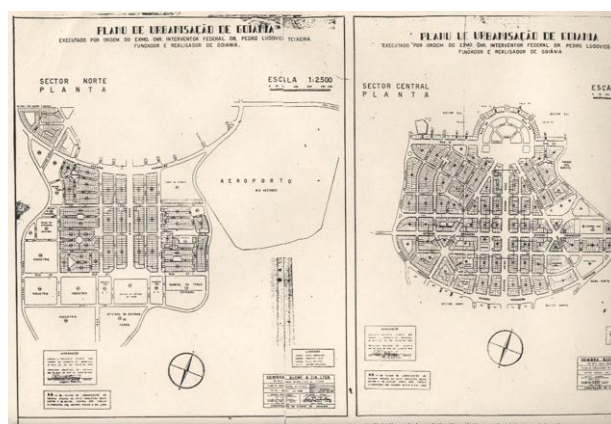
Fonte: Manso, 2018, com intervenção da autora, 2021.

Figura 8: Planta de Urbanização de Goiânia. Planta Geral de Orientação. Decreto nº 90A-1938.



Fonte: Álvares, 1942.

Figura 9: Planta de Urbanização de Goiânia. Detalhamento do Setor Norte e Setor Central. Decreto nº 90-A, 1938.



Fonte: Álvares, 1942.

Os documentos do decreto nº 90-A indicam os limites urbanos da cidade sem detalhamento dos setores Oeste, Aeroporto, Leste Universitário, Leste Vila Nova (figuras 8 e 9). Esses dois últimos, conforme fotografias da época, foram previstas como áreas destinadas aos acampamentos provisórios de trabalhadores responsáveis pela construção de Goiânia. Outro ponto que se destaca, são as mudanças no Setor Sul, e parcelamento do setor Coimbra, resultante do parcelamento das terras doadas aos irmãos Coimbra Bueno, área incorporada à zona urbana, reforçando o eixo leste-oeste como principal linha de crescimento da cidade e articulação entre Campinas e o Setor Central.

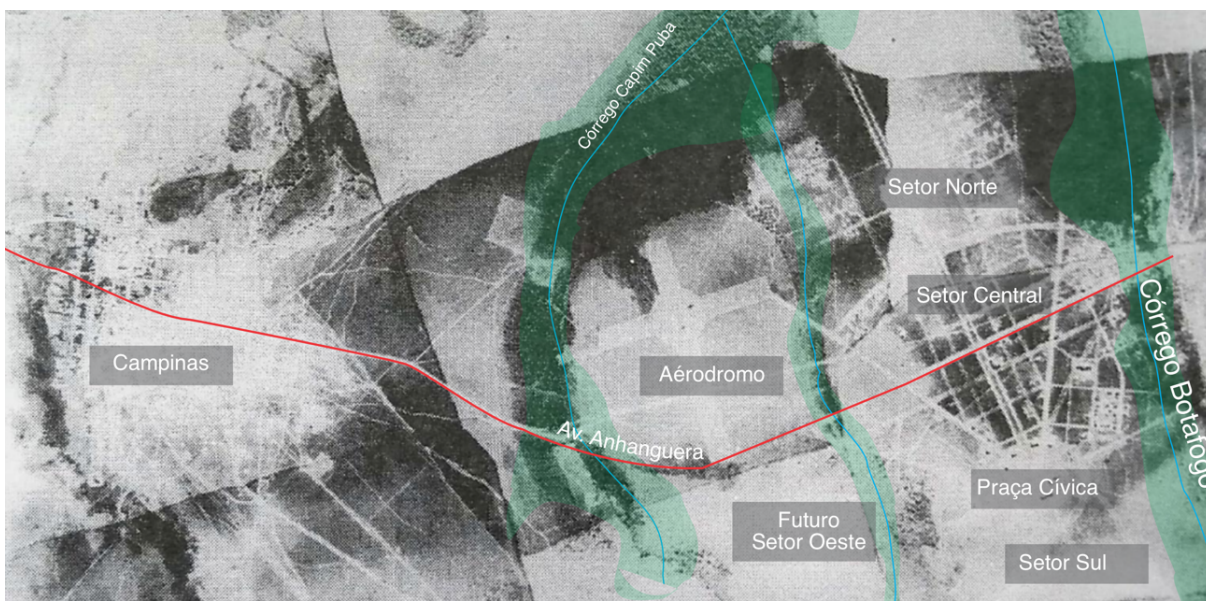
As mudanças empreendidas no plano urbanístico da cidade correlacionam-se aos aspectos econômico-fundiários e político-institucionais. De um lado, a pressão em ampliar as áreas pertencentes à zona urbana e, de outro, as ações de propaganda nos grandes centros urbanos com o objetivo de promover a venda de lotes, atraindo mais migrantes para o interior do país. Goiânia, em sua primeira década, apresentou um crescimento lento, caracterizando um período de quase 15 anos de mutação genética, isto é, a reformulação das ideias iniciais incorporadas pela dupla atuação de Jeronymo Coimbra Bueno, responsável pela construção da capital como superintendente de obras e, ao mesmo tempo, detentor dos direitos em vender terras na capital federal e em São Paulo. Em consequência, tem-se o Plano de Urbanização e o Código de Edificações de Goiânia de 1947. Essa legislação definiu o ordenamento e as áreas urbana e de expansão urbana, além do detalhamento dos



Setores Central, Sul, Norte, Leste Universitário, Leste Vila Nova, Oeste e a indicação do Aeródromo, que viria a ser o Setor Aeroporto (figuras 10 e 11).

Outro aspecto presente na planta de 1947 é um maior detalhamento dos bairros indicando suas áreas públicas, presença de praças, parques e áreas verdes, além de equipamentos sociais. Significa o papel de cada um deles suas relações intrínsecas ao DNA e às mutações “genéticas” da cidade ao longo de sua própria implantação (figura 12).

Figura 10: Foto aérea de 1937. Estruturação do eixo leste-oeste de Goiânia.



Fonte: MIS, com intervenção da autora, 2021.

Figura 11: Decreto nº 574 de 1947: delimitação da zona urbana e ampliação da zona suburbana.

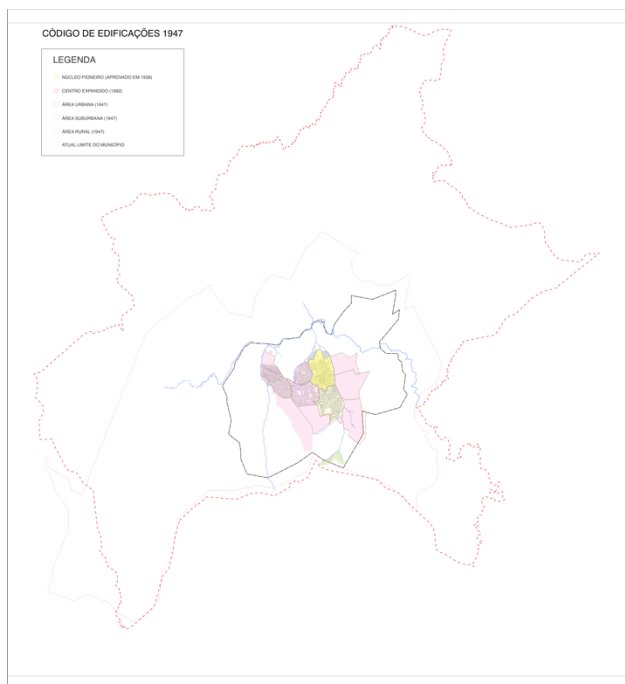
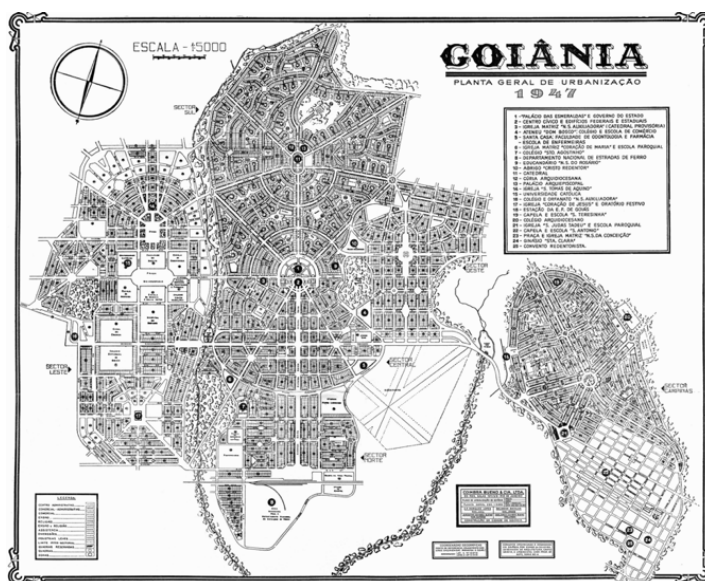


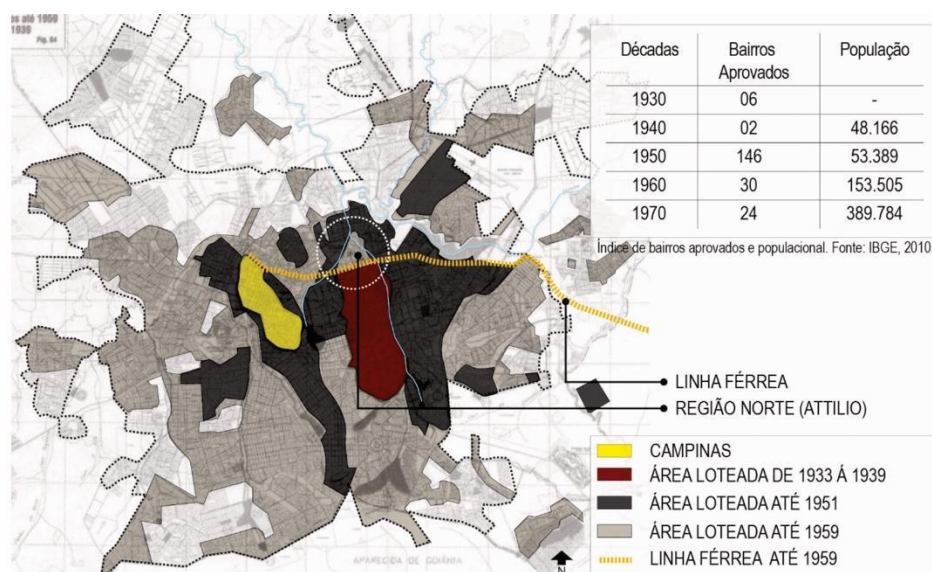
Figura 12: Decreto nº 574 de 1947: Planta Geral de Urbanização com definição de equipamentos públicos nos bairros parcelados.



Fonte: Acervo da Prefeitura de Goiânia, 2021.

Além de conter a Lei de Zoneamento e de loteamento, essa legislação transferiu a obrigação de infraestrutura básica para a iniciativa privada, passando a exigir apenas a locação e abertura das vias. Essas questões, conforme o decreto-lei nº 176/1950, culminou na aprovação de quase 160 loteamentos (figura 13), em sua maioria apenas com a definição dos perímetros, contribuindo significativamente para a fragmentação do território nas décadas seguintes. Gonçalves (2003) destaca que o controle do Estado diminuiu devido às pressões dos proprietários de terra. Com isso, tem-se o segundo momento da periodização proposta, caracterizada por uma “desregulamentação” urbanística entre 1947-1964. Em outras palavras, representa o período de maior interferência dos agentes privados na produção do espaço urbano, com maior atuação econômico-fundiária do que a político-institucional.

Figura 13: Manchas de Crescimento de 1933 até 1959.



Fonte: Brandão, 2017.



De um lado, tem-se a perspectiva modernizadora do sertão e domínio do território a partir de cidades de fronteira (RIBEIRO, 2004), e, de outro, o planejamento de Goiânia pautado pela presença de agentes privados como efeito colateral e mutação de seus genes, uma vez que foram parceladas terras particulares antes mesmo da efetiva ocupação do núcleo pioneiro. O gene desejo se amplia e abarca a valorização fundiária, além estimular o parcelamento das terras lindeiras ao perímetro inicial, por meio da alteração dos limites político-administrativos da cidade. Em pouco tempo, assiste-se à mutação da função administrativa para a de especulação imobiliária, dada a pressão dos proprietários das áreas adjacentes ao sítio de implantação da cidade.

Tem-se também como mutações genéticas: a ampliação do lugar e a circulação de ideias por meio de diversos profissionais responsáveis pelos loteamentos aprovados desde os anos 1940, resultando num mosaico urbanístico representado por esses parcelamentos, pois o crescimento da cidade mescla áreas mais contíguas do que contínuas ao núcleo pioneiro como observado na mancha urbana (figura 13).

Os bairros, constantes no decreto de 1947, revelam a articulação político-institucional à atuação econômica-fundiária e destacam-se como objeto de análise da estruturação urbana da cidade, mediante o crescimento em extensão no sentido norte-sul, superando os limites inicialmente definidos pelos cursos d'água e um crescimento descontínuo leste-oeste. De um lado, a ocupação das terras adquiridas pelo Estado e, de outro, aquelas pertencentes aos empreendedores imobiliários. Considera-se o parcelamento de 1947 como fato de ampliação do território goianiense, atestando as transformações de uma cidade planejada e a própria complexidade que seu desenho reflete. Tem-se, desse modo, um processo intenso e rápido de espraiamento e fragmentação, ainda que a ocupação de grande parte destes loteamentos não tenha se consolidado totalmente, apontando a especulação imobiliária como uma característica de sua história (MOYSES, 2004) e a formação de vazios urbanos. Por outro lado, o contingente populacional de menor poder aquisitivo acabou por ocupar áreas irregulares, levando à formação de áreas periféricas estigmatizadas, como é o caso dos Setores Leste Universitário e Pedro Ludovico, além da Vila Redenção e Setor Norte.

### **3. Mosaico urbanístico de Goiânia: a estruturação intraurbana e formação do eixo norte-sul**

A história oficial de Goiânia é relatada por diversos autores cujas abordagens são centradas nos aspectos projetivos de sua concepção e na atuação de seu criador ou na descrição histórica de seus idealizadores. No entanto, é preciso observar o papel de outros atores que conduziram a formação de outras paisagens para além do desenho de Atílio Corrêa Lima (1933) e das modificações do escritório dos irmãos Coimbra Bueno (1938) e as intenções desses atores em promover um projeto empreendedor imobiliário.

Conforme relatam Cordeiro (1989), Moraes (1991) e Moysés (2004) houve uma expansão da cidade motivada pela especulação das terras contíguas à área urbana e as ocupações por parte da classe operária, conformando espaços distintos daqueles previstos nos dois primeiros planos (1933-35 e 1938). Havia uma movimentação em busca da valorização da terra, esta tida como mercadoria, deflagrando uma mudança importante na forma urbana. Em outras palavras, os bairros aprovados serviram de atrativos para ocupação e povoamento da cidade, uma vez constatados 53.389 habitantes, na década de 1950 e 146 bairros aprovados, mesmo que em sua maioria, não foram desenhados ou previstos no território imediatamente à aprovação; na década de 1960, são registrados 30 parcelamentos aprovados e um salto populacional: 153.505 habitantes, segundo dados do IBGE (2010). Para Ribeiro (2004), Goiânia assumiu o papel de cidade de fronteira frente ao perfil das pessoas que vieram em busca de oportunidades, abrindo possibilidades de ocupação do interior do país.

Os primeiros desenhos materializaram-se nos Setores Central e Norte (zona residencial), juntamente com o centro administrativo, aeródromo, zona industrial e as avenidas Pedro Ludovico, Araguaia, Goiás, Tocantins e Anhanguera. Além dos setores Central e Norte, Correa Lima deixou esboçado o

desenho dos Setores Sul, Oeste e Leste, sendo este último uma reserva de área, planejada para uma expansão futura da cidade, caso ultrapassasse a previsão de 50.000 habitantes. Em todos esses bairros, Atílio preferiu um desenho que respeitasse a topografia do terreno, optando por uma malha ortogonal, tipo “tabuleiro xadrez” com ligações naturais entre os setores (GONÇALVES, 2003). Apesar do plano não ter incluído o Setor Leste, este é, atualmente, considerado uma área tradicional da cidade e corresponde aos bairros Setor Leste Vila Nova, Vila Nova e Leste Universitário.

Ao analisar os decretos entre 1933 e 1947, observa-se que o planejamento visava a ocupação da cidade em todas as direções, permitindo a alteração do perímetro urbano, caracterizando o crescimento em extensão da aglomeração (PANERAI, 2006). No sentido Leste, há a superação da barreira do Córrego Botafogo e a importância da Avenida Anhanguera como linha de crescimento, articulando essa região ao núcleo original e a Campinas, definindo um eixo interurbano (figura 14).

Por outro lado, a estruturação viária do Setor Sul, permitiu a articulação a Sul, caracterizando a malha viária como um dos elementos reguladores para a expansão da cidade. Ao analisar a expansão a sul, observa-se o surgimento de bairros destinados às classes de menor poder aquisitivo (figura 15) nos anos 1950-60 e, posteriormente, vetor de crescimento a sudeste com a inserção do Jardim Goiás, ocupado nas últimas décadas, área originalmente da Fazenda Botafogo não adquirida ao patrimônio da cidade. Na comparação entre as áreas parceladas no início da década de 1950 e 1960, observa a formação de uma outra cidade a leste do Córrego Botafogo, sendo parcelamentos em áreas do Estado – Setores Leste Universitário e Setor Pedro Ludovico (em laranja), consolidando o vetor Norte-Sul (figura 16).

Figura 14: Avenida Anhanguera – estruturação do eixo leste-oeste.



Fonte: Lima, 2013.

Figura 15: Bairros como estruturadores do eixo norte-sul: parcelamento das áreas do Estado – década 1950.

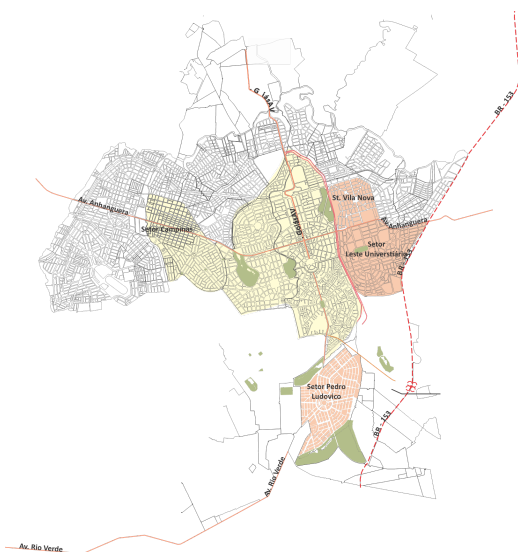
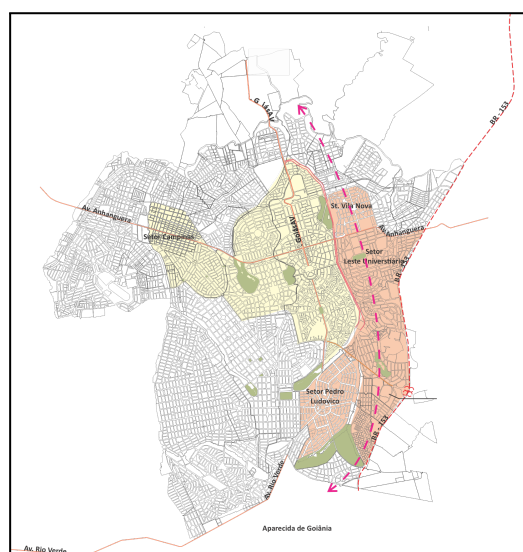


Figura 16: Estruturação norte-sul com inserção dos bairros: Vila Redenção, Alto da Glória e Jardim Goiás – década 1960.



Entre os incentivos de ocupação das áreas mais próximas ao núcleo original, tem-se o Jardim Goiás, um dos bairros aprovados nos anos 1950, efetivamente povoado a partir dos anos 1980, mediante a implantação de equipamentos urbanos e, na década de 2000, pela valorização do fundo de vale – o Parque Flamboyant. Num primeiro momento, o eixo norte-sul se conformou pelo incentivo de ocupação das áreas do Estado (Setores Leste Vila Nova, Leste Universitário e Pedro Ludovico e Vila Redenção) e se consolidou a partir dos anos 1990, quando o PDIG de 1994 definiu novas centralidades ou subcentros, estimulando a ocupação do Jardim Goiás. A comparação entre as manchas urbanas possibilita compreender a atuação dos promotores imobiliários e dos agentes públicos, reforçando a expansão da cidade em todas as direções, mas de modo mais estruturado nesse eixo.

Doravante, ressalta-se que a ocupação inicial do eixo norte-sul ocorreu como solução para assentamento de parte dos migrantes, evitando a ocupação de outras áreas e, mais recentemente, a formação de um vetor de expansão e fragmentação por um processo de autosegregação social – implantação de condomínios horizontais fechados. Tem-se, portanto, uma dinâmica intraurbana, cuja origem está associada às ações socioespaciais, revelando conflitos decorrentes da migração. Desse modo, houve a formação de uma outra cidade, não reconhecida nos planos de 1938 e 1947 (figura 17) e um processo de ocupação marcado por disputas à medida que a regularização das áreas a Leste do plano original desdobra-se em remoções e novos loteamentos em áreas periféricas.

Figura 17: Vista aérea da situação da cidade (1937)



Fonte: IBGE, acervo histórico (2019), acervo da autora, 2020.

No entanto, diferentemente do Setor Leste Universitário que foi inserido na planta de urbanização de 1947, o setor Pedro Ludovico somente foi regularizado nos anos 1950, com proposta urbanística de Ewald Janssen, topógrafo contratado pelo estado em 1951<sup>2</sup>.

A ampliação do espaço corresponde à estruturação norte-sul, como explicitado, demarcada pelas interrelações entre as ações político-institucionais, econômico-fundiárias e socioespaciais. Cada um destes aspectos se associa a, respectivamente: os agentes públicos na tomada de decisões e formulação de leis, bem como a fiscalização como substratos do ordenamento espacial; a conjuntura econômica e os sistemas produtivos como elementos norteadores da distribuição e apropriação da

<sup>2</sup> Com o retorno de Pedro Ludovico Teixeira ao poder, houve a constituição de um departamento de topografia, visando definir o traçado das áreas pertencentes ao Estado, numa tentativa de controle sobre elas e de frear uma *outra cidade* em formação.



terra (rural ou urbana) e, por fim, a localização das classes sociais e o rebatimento destes grupos sociais na escala cidadina. São aspectos que dialogam entre si e configuram a apreensão da construção do espaço urbano em distintas escalas: a regional, cujas interferências ocorrem sob o viés político-institucional e econômico; a local, que deflagra a organização socioespacial bem como os reflexos da escala regional na estrutura urbana, reforçando os eixos leste-oeste e norte-sul, respectivamente.

A localização das classes sociais se manifesta como efeito colateral da formação de Goiânia, visto que o assentamento dos migrantes configura uma outra cidade ao longo do eixo norte-sul. A ocupação do Setor Sul foi evitada, reforçando o controle do Estado para ocupação do Setor Central e, depois, Oeste, em que os interesses empreendedores imobiliários afloram-se.

Por outro lado, grande parte daqueles que estavam nas áreas centrais, em ocupações irregulares se deslocaram, num primeiro momento, para a porção sul da cidade, em direção à Fazenda Macambira, atual Setor Pedro Ludovico. A crença por melhores condições motivava o fluxo migratório, além da recente construção de Brasília, que auxiliava essa atratividade intensa, alcançando um dos objetivos: o povoamento do interior do país. Na região leste (Vila Nova e Setor Leste Universitário), as instalações ilegais foram se firmando em meio a conflitos com o Estado, diferente da ocupação a sul, da qual aparentemente se sucedeu de forma tranquila e com a conveniência do Estado (COSTA, 2016), em que registram-se, inclusive, doações ou venda de lotes.

A estruturação do eixo norte-sul é resultante de uma atuação efetiva do poder público que, por meio da definição de uso e ocupação do solo, buscava não só fixar a população em áreas estratégicas como também definir as classes sociais em cada uma delas, alavancando a ação dos agentes privados devido às sucessivas mudanças nos limites urbanos da cidade. Isso corroborou para a estruturação leste-oeste como legitimação da cidade e o eixo norte-sul como meio de coibir a propagação de uma outra cidade.

#### **4. Planejamento urbano e visão desenvolvimentista: reafirmação da dialética centro e periferia**

As discussões acerca da importância do planejamento urbano ganhavam força no Brasil, ao longo da década de 1960, culminando no desenvolvimento de legislações específicas para o controle da expansão urbana com ênfase ao ordenamento territorial e desenvolvimento econômico. As políticas urbanas foram centralizadas, a nível federal pela criação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU<sup>3</sup>, responsável pelo planejamento e a elaboração de planos diretores, além da organização da estrutura institucional com a criação de órgãos locais de planejamento e desenvolvimento permanentes. Como resultado, foram instituídos os “planos locais de desenvolvimento integrado”, seguindo um roteiro elaborado pelo SERFHAU a fim de viabilizar financiamentos para projetos de urbanização e ordenamento territorial, mediados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH).

Especificamente, considera-se uma mudança significativa em Goiânia, visto a participação de funcionários públicos na elaboração dos planos diretores desde fins dos anos 1950, além de associar a participação desses profissionais ao fortalecimento da atuação do arquiteto e urbanista. Soma-se ainda a transferência da gestão urbana do Estado para o município, o que permitiu, nas últimas quatro décadas, a formulação de três planos diretores<sup>4</sup>, além da proposição de Luís Saia que não foi oficializada. O final dos anos 1950 apontava desafios para Goiânia, dado o crescimento demográfico e uma forte pressão para novos loteamentos e regularização das áreas invadidas. Grande parte destas,

<sup>3</sup> O SERFHAU foi criado juntamente com o Serviço Federal de Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH) pela lei federal nº 4380, de 21 de agosto de 1964, com o objetivo de traçar as políticas de habitação e urbanização do território.

<sup>4</sup> Consideram-se os Planos de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG) de 1969 e o de 1994 visto que estes definiram a legislação urbanística anterior ao Estatuto das Cidades. Em 2007 houve a revisão da legislação urbanística e, atualmente, encontra-se em fase de finalização a legislação referente às atualizações iniciadas em 2017.

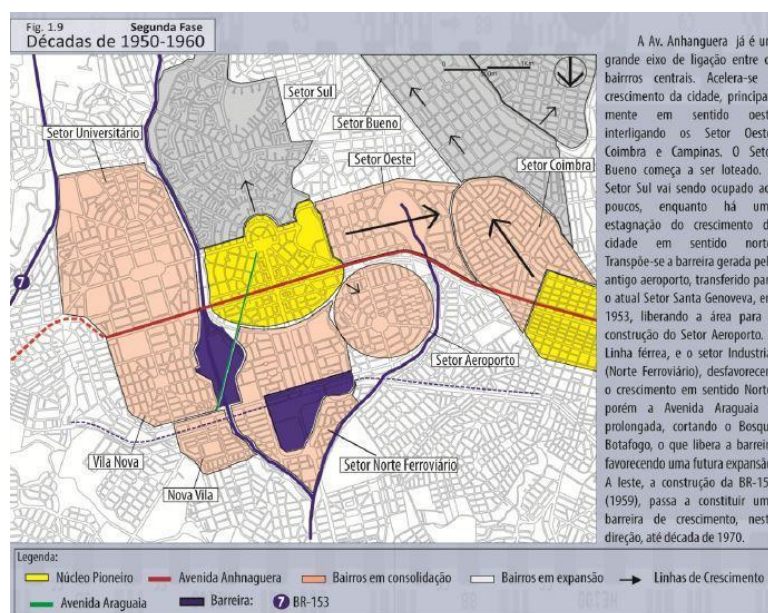
localizadas na região sul, eram áreas pertencentes ao Estado. A Lei nº 1566/1959 foi uma medida para suspender a aprovação de loteamentos particulares até a realização de uma análise dos já existentes.

Desse modo, a prefeitura, ao assumir a gestão do território, entre 1961 e 1966, realizou a análise das condições existentes e a revisão do cadastro imobiliário. A necessidade de traçar um diagnóstico mais próximo à realidade e compreender a formação da cidade, possibilitou a contratação de Luís Saia para elaborar diretrizes urbanas de ordenamento do solo urbano. Sua proposta não foi implantada, mas abordou aspectos históricos, metodológicos e administrativos, além de identificar barreiras, polarização/atração, e homogeneização da estrutura urbana, definindo seis regiões no município, ou seja, constatou-se a ampliação do espaço urbano em pouco mais de trinta anos da proposta inicial.

Na sequência, tem-se os dois Planos de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG) (PREFEITURA DE GOIÂNIA, 1969; 1992). O objetivo desses documentos consistia em proposições de ordenamento territorial a partir de análises e diagnósticos da situação urbanística tendo em vista o rápido crescimento territorial dos anos 1960 e a incipiente metropolização dos anos 1980/90, respectivamente.

Essa transferência da gestão urbana marca o terceiro momento proposto, quando houve um maior controle e retomada do poder público sobre o ordenamento territorial, alicerçado pelos financiamentos federais. É um período caracterizado pela reconfiguração do espaço, destacando o PDIG de 1969, sob responsabilidade de Jorge Wilhelm. Trata-se de um período de maior atuação dos agentes públicos, visando sanar os problemas urbanos decorrentes do intenso crescimento demográfico e ocupação sem regulamentação específica somados à extensa expansão periférica e reconhecimento do espraiamento urbano (figura 18).

Figura 18: Modificações na estrutura urbana de Goiânia considerando os bairros e o eixo leste-oeste.



Fonte: Lima, 2013.

Ao comparar a primeira fase proposta por Moraes (1991), a formação da cidade ocorreu entre as décadas de 1930-40, sendo mais intensa a partir de 1942 quando ocorreu o Batismo e inauguração oficial com a transferência definitiva da capital. No entanto, se antes os limites determinados no plano piloto foram fundamentais para sua estruturação urbana, observa-se que a Avenida Anhanguera assumiu protagonismo como elemento de estruturação urbana, reforçando o eixo leste-oeste quando foram incorporados, à planta de urbanização de 1947, os Setores Oeste, Leste Universitário e Setor Vila Nova, além da definição do bairro Popular a norte e, posteriormente, do Setor Aeroporto.



Em consequência, houve a valorização das terras pertencentes aos irmãos Coimbra e Bueno a oeste do Córrego Capim Puba e lindeiros ao núcleo de Campinas, favorecendo um pólo de crescimento nesse sentido e que, posteriormente, delinearía as estratégias de ordenamento territorial previstas no PDIG de 1969. Nesse sentido, houve uma maior pujança e dinamicidade do eixo leste-oeste visto o incentivo e ocupação das áreas não pertencentes ao Estado, mas contíguas aos dois núcleos pioneiros.

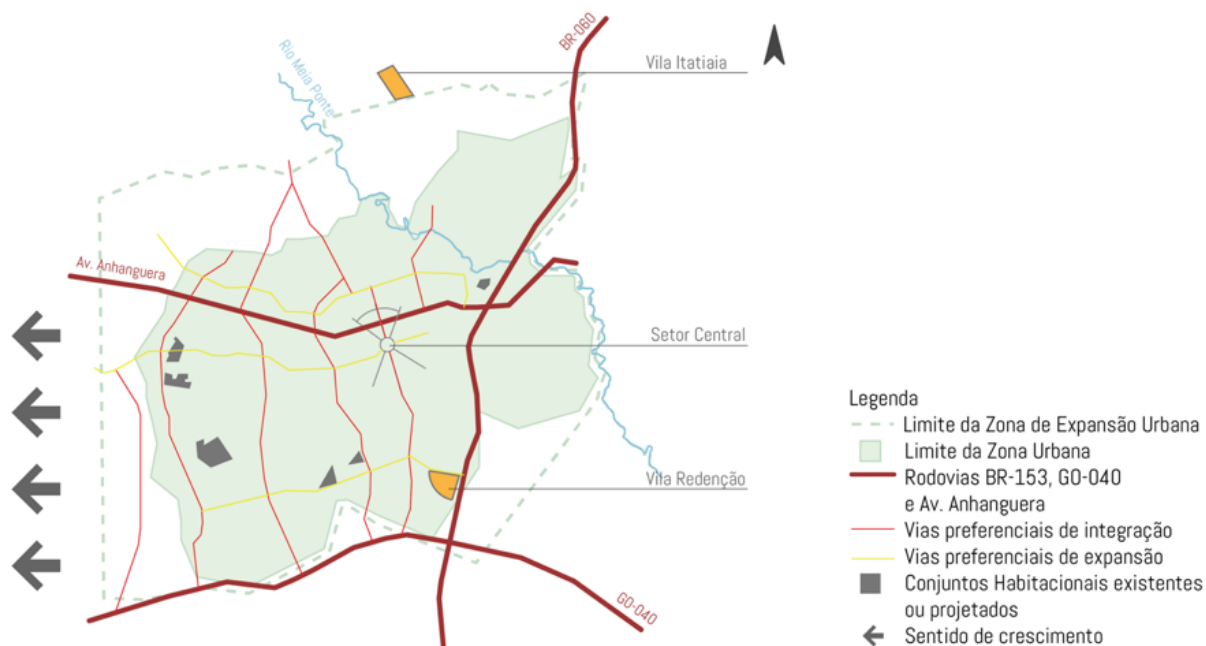
Bairros como o Setor Oeste e Aeroporto assumiram o papel de pólos de crescimento e o papel da Avenida Anhanguera como linha de crescimento. Em contrapartida, a efetiva ocupação do Setor Sul foi tardia e ocorreu de forma oposta ao previsto: as residências foram construídas com as frentes voltadas às ruas, levando ao isolamento das áreas verdes. Desta forma, é compreensível que esses lotes não fossem ocupados devidamente: faltava infraestrutura e supervisão do poder público em garantir a implantação da proposta, além da falta de abertura de vias e de infraestrutura adequada para esse bairro, sendo um “estoque” de terras para ocupação futura. Em consequência, o bairro destacou-se no diagnóstico elaborado pela prefeitura, resultando na proposta de urbanização para suas áreas verdes: o Projeto Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada – Projeto Cura, de 1973. Esse projeto, subsidiado pelo BNH, visava melhorias urbanas em áreas periféricas com ocupação irregular ou infraestrutura precária. No caso do Setor Sul, foi proposto a implantação de equipamentos de lazer ativo além de reconhecer o papel ecológico das 32 áreas selecionadas pelo projeto. No entanto, pouco foi efetivamente executado.

Visando um maior ordenamento territorial e busca por financiamento federal, o PDIG também estabeleceu a necessidade de controlar a expansão urbana tendo três diretrizes principais: estruturação do sistema viário a fim de articular os fragmentos; conjuntos habitacionais nas áreas periféricas, levando a ocupação mais efetiva da zona suburbana do que da urbana e, por vezes, a ocupação de áreas rurais, como na Região Norte. Destacam-se os conjuntos habitacionais definidos nesse período, como a Vila Redenção, a sul e a Vila Itatiaia, a norte (figura 19).

O sistema viário torna-se o principal elemento regulador de crescimento da cidade, favorecendo o “estoque de terras” por meio de vazios urbanos, levando a significativas mudanças no perímetro urbano entre 1971-1984, face às legislações específicas aprovadas pelo município.



Figura 19: Perímetros Urbanos, esquema de ocupação e expansão previstos no PDIG de 1969 com destaque à localização da Vila Redenção e Itatiaia e fortalecimento do eixo leste-oeste.



Fonte: Goiânia, 1969 com adaptação da autora, 2018.

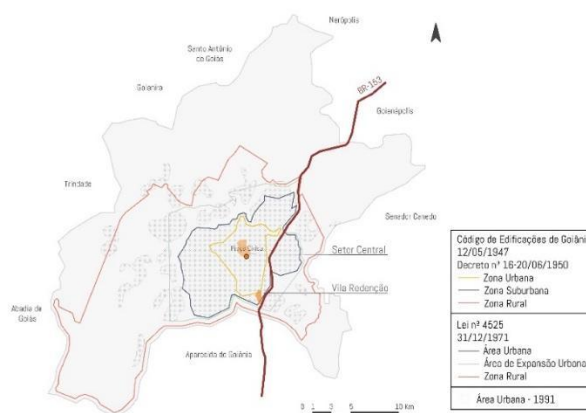
Por outro lado, o PDIG de 1992 observa dinâmicas intraurbanas e a formação de subcentros, definindo áreas especiais de desenvolvimento econômico, como, por exemplo, o reconhecimento histórico do núcleo pioneiro e estímulo à ocupação do Jardim Goiás, reforçando o eixo norte-sul, em contraponto à expansão a sudoeste do plano anterior.

A atual Região Sul de Goiânia, no início da década de 1960, era constituída por pequenas ocupações de chácaras ligadas por estradas vicinais. Somente no final dessa década, houve uma maior ocupação do Setor Pedro Ludovico e, em sequência, a implantação dos primeiros conjuntos habitacionais no limite sul de Goiânia: a Vila Redenção, que, por possuir uma política de ocupação preestabelecida, conformava uma grande mancha de ocupação em meio a vazios urbanos.

Constata-se que houve a preferência por um novo loteamento ao invés de promover a ocupação de bairros já parcelados e vazios ou com uma ocupação mais dispersa. A proposta para a Vila Redenção consistiu em um projeto de parcelamento urbano com a definição das casas individuais, com metragens mínimas para que pudessem ser financiadas pelo BNH. Era, portanto, um loteamento afastado do perímetro urbano consolidado, contribuindo para a formação de uma extensa área suscetível à especulação imobiliária, o que de fato ocorreu, entre as décadas de 1990 e 2000, mediante a verticalização de parte do Jardim Goiás e do Setor Alto da Glória.

Verifica-se que a legislação urbanística corrobora para a valorização da terra, além de possibilitar a especulação imobiliária, o que favorece a ação de empreendedores imobiliários na produção do espaço urbano, uma vez que estes passaram a deter de estoque de terras entre o núcleo central da aglomeração e esses loteamentos implantados nas franjas urbanas (figura 20).

Figura 20: Vila Redenção em relação aos perímetros urbanos das décadas de 1960, 1970 e 1990.



Fonte: Suzuki, 2020.

O espraiamento urbano e a inserção de loteamentos desconexos das áreas consolidadas fomentaram a expansão urbana, incentivada pelo poder público por eixos viários que também foram previstos no PDIG de 1969, definindo a política urbana da capital até início dos anos 1990.

A ocupação efetiva e o desenvolvimento do Jardim Goiás ocorreram nas décadas de 1990 e 2000. A análise de sua ocupação (figura 21) reforça o papel de centro de desenvolvimento econômico à medida que houve implantação de grandes equipamentos dispersos e mais periféricos. O bairro foi projetado para uso residencial de baixa densidade, mas passou a configurar-se pelos usos mistos, fruto da especulação imobiliária dos últimos 15 anos, concentrando a verticalização mais intensa nas quadras próximas ao Parque Flamboyant (figura 22).

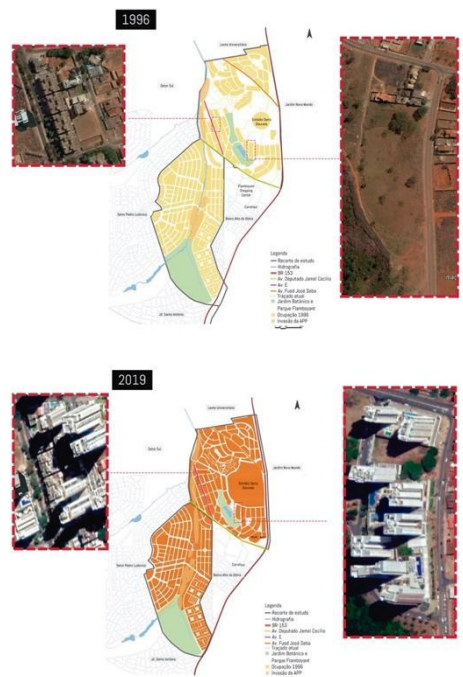
Até os anos 1950, o bairro estava localizado em uma área suburbana. Na década seguinte, a gleba foi incorporada à zona urbana, levando às primeiras áreas destinadas a equipamentos públicos nos anos 1970, como aspectos de incentivo à ocupação pela atuação político-institucional. Apesar de ter sido pensado aos moldes de bairro jardim, prevaleceu os interesses econômico-fundiários, levando à modificação do traçado inicial à medida que foi reconhecido como subcentralidade definida nas legislações urbanísticas de 1994 (figura 23).

A ação político institucional foi decisiva para o rápido adensamento do Jardim Goiás, seja pela abertura de vias, implantação de equipamentos públicos ou a liberação do gabarito. Ademais, a implantação do Parque Flamboyant valorizou uma área até então caracterizada por ocupações irregulares, levando à mudança da paisagem por meio da verticalização das quadras lindeiras à área verde. Mesmo que algumas partes tenham sido definidas como área de desaceleração de densidades no Plano Diretor de 2007, nos últimos anos, houve a ocupação concentrada nessas quadras e de vias estruturantes em que comércio e serviços se distribuem entre edifícios multifuncionais. Além disso, a ocupação do Jardim Goiás modifica consideravelmente as dinâmicas da região Sul e Sudeste, alterando áreas consolidadas como a Vila Redenção, levando a uma descaracterização socioespacial.

Figura 21: Ocupação da Região Sul – bairros Jardim Goiás, Vila Redenção, parte do Setor Pedro Ludovico ao longo das décadas.

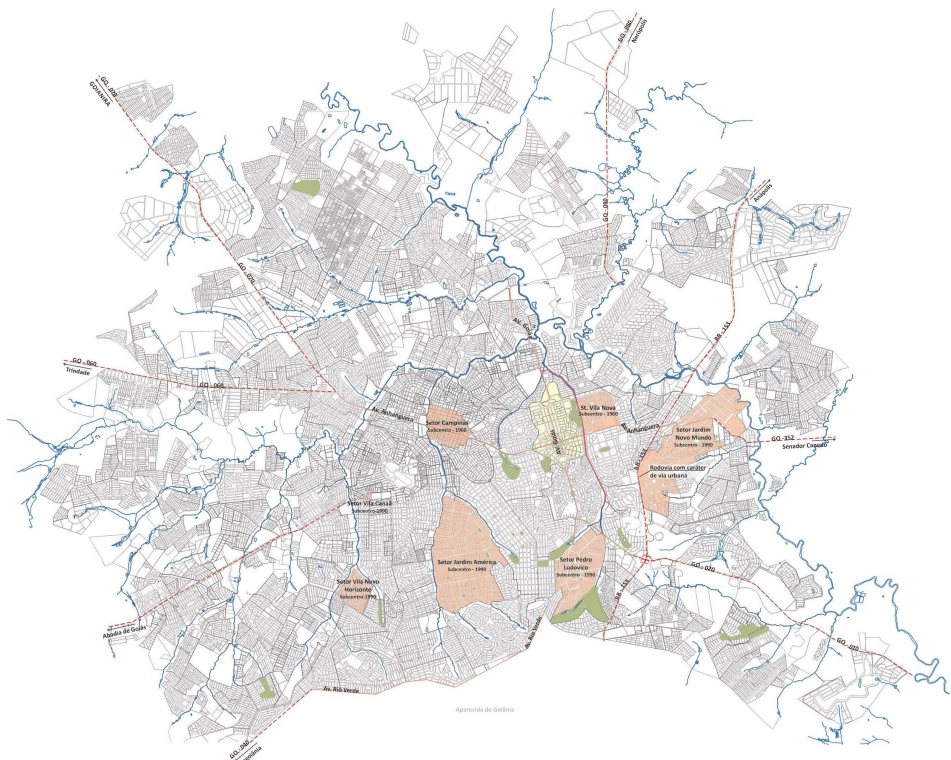


Figura 22: Análise urbana dos bairros Jardim Goiás, Vila Redenção, Setor Pedro Ludovico e Alto da Glória ao longo das décadas.



Fonte: Gonçalves, 2019.

Figura 23: Definição dos subcentros de Goiânia pelo PDIG de 1992.



Fonte: Veloso e Zárte e Pantaleão, 2015.

O mapeamento apresentado reforça a periodização proposta, elencando a gênese de formação de Goiânia e suas mutações, tendo em vista a expansão a leste do Córrego Botafogo, a ampliação do



espaço urbano e da definição de um pólo de crescimento remanescente dos bairros aprovados em 1947. A estruturação urbana é consolidada pelo eixo leste-oeste, visto o papel da Avenida Anhanguera em promover o crescimento contíguo entre os núcleos pioneiros (Campinas e Goiânia) e a formação de bairros com singularidades e especificidades próprias devido não só às motivações de criação de cada um deles, mas pelas características de ocupação socioespacial e econômico-fundiária, revelando as dinâmicas próprias de Goiânia.

## 5. Considerações Finais

O estudo dessa dinâmica vincula-se à historiografia da cidade, suas permanências e transformações, além de constatar a importância do estudo dos bairros como elementos de estruturação urbana, ainda que seja um processo de fragmentação do território, isto é, um mosaico urbanístico. Ao longo do tempo, diversas mudanças ocasionaram as alterações do projeto original, a saber: o adensamento populacional e a expansão urbana, ainda que os traços iniciais do núcleo pioneiro permaneceram, houve modificações consideráveis em sua fisionomia. Notadamente, desde os anos 1970, a legislação urbanística tem estimulado sua expansão, visando o desenvolvimento urbano. Com isso, o caráter de ocupação urbana tendeu a um crescimento espraiado, disperso e fragmentado. A verticalização, a criação de novos bairros, a apropriação e a valorização dos espaços verdes e espaços em estado de obsolescência são essenciais para a compreensão de sua historicidade.

Os dados levantados auxiliam a elaboração de novos mapas, cartas e diagramas que permitem observar o papel do eixo norte-sul, além de caracterizar o assentamento da classe de menor poder aquisitivo, oriundas de ocupações irregulares nas áreas centrais. Ao abordar esse processo, percebe-se que o plano inicial de Goiânia apresentava propostas inovadoras, uma vez que buscava implantar as soluções urbanas mais modernas vigentes à época, atestando a circulação de ideias na produção do espaço urbano. Contudo, grande parte das intenções iniciais foi modificada pela atuação político-institucional e econômico-fundiária, corroborando para o crescimento desordenado da cidade. Isso porque permitiu a atuação dos empreendedores imobiliários, interessados em valorizar suas terras, e, por outro, apresentou soluções que não contiveram o déficit habitacional, provocado pela intensa migração, culminando em uma outra cidade.

Goiânia, idealizada nos 1930 e construída na década de 1940, conforma um conjunto de cidades novas com o intuito de povoar e desenvolver o interior do país. Era necessário legitimá-la mediante a contratação de importantes nomes atuantes no campo do urbanismo daquela época, reivindicando ao seu DNA, o ideário moderno. No entanto, ainda que a circulação de ideias tenha sido importante para fundamentar seus princípios urbanísticos, a ocupação ocorreu no núcleo projetado e nas áreas adjacentes a ele, revelando os aspectos socioespaciais na produção do espaço urbano, o que demonstra o caráter excludente e a prevalência da lógica da renda fundiária como mecanismo de atração de pessoas. Outro aspecto diz respeito ao controle do Estado na venda das áreas destinadas à formação da cidade, expressando os aspectos político-institucionais associados aos econômicos-fundiários.

## 6. Referências

- ALVARES, G. T. **A luta na Epopeia de Goiânia: uma obra de engenharia nacional: documentário histórico, técnico, descritivo**. São Paulo, 1942.
- CORDEIRO, N. A. **Goiânia: evoluções do plano urbanístico**. Goiânia: Composição Artes Gráficas e Editora, 1989.
- COSTA, F. V. **Um ornitorrinco no cerrado: Bairros populares e outros pioneiros na formação e expansão urbana em Goiânia**. Dissertação (Mestrado em história), Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2016.
- GOIÂNIA, Prefeitura de. **Plano Diretor de 2007**. Goiânia: SEPLAM, 2007.
- GOIÂNIA, Prefeitura de. **Plano Diretor de 1992, vol. 1 e 2**. Goiânia: SEPLAM, 1994. Disponível em: [http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/1994/do\\_19941223\\_000001316.pdf](http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/1994/do_19941223_000001316.pdf)



GOIÂNIA, Prefeitura de. **Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia - PDIG de 1969**. Goiânia: SEPLAM, 1969.

GONÇALVES, A. R. **Goiânia: uma modernidade possível**. Brasília: Ministério da Integração Nacional / UFG, 2003.

LIMONAD, E. Reflexões sobre o Espaço, o Urbano e a Urbanização. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1, p. 71-91, 9 set. 1999. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13364>

MANSO, C. F. A. **A URBS e os seus problemas: uma lição de urbanismo na trajetória profissional de Armando Augusto de Godoy**. 2018. 448 f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MARX, M. **Cidades no Brasil, em que termos?** São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MONTEIRO, O. S. N. **Como nasceu Goiânia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

MORAES, S. de. **O Empreendedor Imobiliário e o Estado: O Processo de Expansão de Goiânia em Direção Sul (1975-1985)**. Brasília: Universidade de Brasília, 1991. (Dissertação de Mestrado Arquitetura e Urbanismo).

MOYSES, A. **Goiânia: Metrópole não planejada**. Goiânia: Ed. Da UCG, 2004.

RIBEIRO, M. E. J. **Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes**. Goiânia: Ed. UCG, 2004.

PANERAI, P. **Análise Urbana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. 3ed. São Paulo: Edusp, 2008.

TREVISAN, R. **Cidades novas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.

ZÁRATE, H. V.; PANTALEÃO, S. C. Análise da fragmentação urbana em Goiânia o Caso do Botafogo. **Estudos** (Goiânia. Online), v. 41, p. 137-154, 2015.

### **Sandra Catharinne Pantaleão Resende**

Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós Graduação da Universidade de Brasília (2016). Mestre em Geografia – Dinâmica Sócio-Ambiental, pela Universidade Estadual de Londrina (2010). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUCGO (2006) e em Artes Visuais – habilitação Design Gráfico pela Universidade Federal de Goiás – UFG (2000). Professora Efetiva do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Goiás. Professora Assistente I da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Desenvolve pesquisas sobre cidades contemporâneas, relacionadas à dinâmica e transformação da paisagem urbana, com ênfase à expansão urbana, ordenamento territorial e cidades-região. Experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Teoria do Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: paisagem urbana, cidade contemporânea, intervenção urbana e morfologia urbana. Ministra Disciplinas de Teoria, História e Crítica da Arquitetura Contemporânea com enfoque a métodos de projeção contemporâneos, orienta Artigos Científicos na disciplina Ensaio Crítico e Trabalho Final de Graduação, destacando propostas de intervenção urbana em áreas consolidadas.

**Como citar:** RESENDE, S.C.P. Bairros como elementos de estruturação urbana em Goiânia: análise historiográfica e fontes documentais. *Paranoá*, (33), 1–21.  
<https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n33.2022.18>

**Editores responsáveis:** Viviane Ceballos, Regina Oliveira e Maria Fernanda Derntl.